

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
ESTADO DA PARAÍBA		REGRISTRO GERAL	
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA		DATA DE EXPEDIÇÃO	
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA		NOME	
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA	
P.10		Antonio Francisco da Silva	
F.10		FILIAÇÃO	
F.10		Valdete Cunha da Silva	
F.10		Juazeirinho PB	
F.10		31.10.1977	
F.10		NATURALIDADE	
F.10		DATA DE NASCIMENTO	
F.10		Cert. Nasc. nº 1.976, Liv. A-2, Fls. v-240	
F.10		Cart. de Juazeirinho PB	
F.10		CPF	
F.10		João Pessoa - PB	
F.10		ASSINATURA DO TITULAR	
F.10		LEI Nº 7.116 DE 29/08/83	
F.10		CARTEIRA DE IDENTIDADE	

MINISTÉRIO DA FAZENDA	
Secretaria da Receita Federal	
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS	
Nome	
ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA	
Nº de inscrição	
024569324-83	
Data de Nascimento	
31/10/77	
	



VALDINETE CUNHA DA SILVA  
SIT POÇO DA PEDRA - ÁREA RURAL  
JUAZEIRINHO / PB CEP: 58680000 (AG: 85)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO B:290, Km 25 - Córrego Redentor - João Pessoa / PB - CEP: 58071-080  
Roteiro: 12 - 35 - 85 - 2660 Referência: Out/2016 CNPJ: 09.056.183/0001-40 Insc. Est: 16.015.823-0  
Nº medidor: 00000590839 Emissão: 21/10/2016 Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica: 100001075.470  
Código para Débito Automático: 00007053747

ENERGISA PARAIBA - (SISTEMAS DE ENERGIA S.A.)  
CNPJ: 09.056.183/0001-40 Insc. Est: 16.015.823-0  
Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica: 100001075.470  
Código para Débito Automático: 00007053747

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

UC (Unidade Consumidora): 5/705374-7

Out/2016

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE fornecida pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002

Apresentação

21/10/2016

Data prevista da próxima leitura

22/11/2016

CPF/ CNPJ/ RANI

7151520780  
Insc. Est.

Faturas em atraso

28/09/2016 27,89

Histórico de Consumo (kWh)

Set/16 70  
Ago/16 75  
Jul/16 75  
Jun/16 80  
Mai/16 81  
Abr/16 79  
Mar/16 82  
Fev/16 81  
Jan/16 77  
Dez/15 84  
Nov/15 77  
Out/15 80

Média dos últimos meses  
78 kWh

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
22/09/16	3680	21/10/16	3729	29

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo até 30 kWh-BR	30	0,15163	4,51
Consumo - 31 a 100 kWh-BR	3E	0,15123	3,81
Subsídio			15,81
ICMS			13,76
PIS			3,41
COFINS			1,91
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS			
CUSTO DE REGULAÇÃO NORMAL 09/2016			7,27
JUROS DE MORA 08/2016			3,06
JUROS DE MORA 08/2016			3,25
MULTA 08/2016			3,64
MULTA 08/2016			3,54
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 08/2016			3,14
Devolução Subsídio			15,81

	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR (R\$)
ICMS	43,01	25,00	10,75
PIS	43,01	0,9993	4,31
COFINS	43,01	4,4561	1,91

VENCIMENTO  
28/10/2016

TOTAL A PAGAR  
R\$ 37,19

98b8.00fa.2049.3264.88a4.055b.1186.9b74.

Indicadores de Qualidade

8/2016 - Juazeirinho

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	11,94	NOMINAL	Serviços de Cust. da Energia	5,44	14,83
DIC TRIMESTRAL	23,89		Compra de Energia	6,37	17,13
DIC ANUAL	47,79	CONTRATADA	Serviço de Transmissão	0,37	0,99
FIC MENSAL	7,82		Encargos Setoriais	2,14	5,75
FIC TRIMESTRAL	15,64	LIMITE SUPERIOR	Impostos Diretos e Encargos	15,30	41,95
FIC ANUAL	31,28		Outros Serviços	7,27	19,55
DMIC	6,59		Total	37,19	100,00
DICRI	18,60				

Valor do EUSE (Ref: 8/2016, p. 1, 1, 14)

### ATENÇÃO

- REAVISO DE VENCIMENTO: Caso a(s) fatura(s) acima relacionada(s) permaneça(m) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 05/11/2016. Conforme Resolução 414 da ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possibilidade da dívida e suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas pagas não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso já tenha efetuado o pagamento da(s) fatura(s) acima, desconsidere esta mensagem. Fatura sujeita à inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento. - Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 15,81.

PARAIBA  
Roteiro: 12 - 35 - 85 - 2660  
Matrícula: 705374-2016-10-0

VENCIMENTO  
28/10/2016

TOTAL A PAGAR  
R\$ 37,19

83670000000-0 37190054000-1 07053742016-1 10000100019-9



*Gouveia e Silva Advogados*

**PROCURAÇÃO PARTICULAR**

(AD JUDICIA)

**OUTORGANTE(S):**

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, RG n.º 199.1225-55/PB, CPF n.º 024.569.324-63, residente na Sítio do Lago da Pedra, zona rural, Juazeirinho/PB.

**OUTORGADO:** JOSÉ BECKENBANER GOUVEIA DA SILVA, brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB/PB 12260, e-mail: [beckenbaner@bol.com.br](mailto:beckenbaner@bol.com.br), com escritório à Rua Venâncio Martins Sampaio, n.º 79, Soledade/PB, Caixa Postal 13, Cel. 83-99058395, Fixo 83-33831757, cujo endereço recebe as intimações.

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO**, concedendo-lhe **PODERES** nos termos do art. 103 do novo Código de Processo Civil, os contidos na cláusula “ad judicium et extra”, para, em nome do outorgante, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, ou fora deles, defender seus interesses, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defender os interesses da outorgante nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, nos termos do art. 105 do novo Código de Processo Civil, **PODERES ESPECIAIS** para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e assinar declaração de hipossuficiência econômica, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso, em especial para patrocinar defesa de seus direitos.

Soledade/PB, 10 de abr de 2017.

*Antonio Filho Cunha da Silva*  
OUTORGANTE(S)



**DECLARAÇÃO**

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA, brasileiro,  
solteiro agricultor residente no sítio Poço da  
Pedra, Lagoa Seca/PB.

DECLARA(M) nos precisos termos do Art. 1º, da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 (dispõe sobre prova documental), para o fim de obter os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA, perante este Juízo, que são hipossuficientes na forma da lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas processuais, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Declara(m) ainda, ser(em) conhecedor(es) das sanções civis, administrativas e criminais (art. 2.º da supracitada lei), caso o presente documento não porte a verdade.

Soledade/PB, 10 de abr de 2017.

*Antonio Filho Cunha da Silva*  
DECLARANTE(S)





GOVERNO DO ESTADO DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA  
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE  
Rua Prefeito Inácio Claudino, nº 82 - Centro - Soledade - 58155-000 - 83-3383-1551



OCORRÊNCIA Nº 000879/17

**CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000879/17 registrada em 31/01/2017, que passo a transcrever na íntegra: Aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de 2017, nesta cidade de Soledade, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SOLEDADE, quando encontrava-se presente o Bel. LAMARTINE LACERDA SOBRINHO, Delegado de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 14:11 horas, compareceu o Sr. ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA, com 39 anos de idade, filho de ANTONIO FRANCISCO DA SILVA e VALDETE CUNHA DA SILVA, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de JUAZEIRINHO - PB, Solteiro, escolaridade Fundamental Incompleta, profissão AGRICULTOR, portador da Cédula de Identidade Nº 1991225, expedido pela SSP-PB, com C.P.F. de Nº 02456932463, residindo à rua SÍTIO POÇO DA PEDRA, bairro ZONA RURAL, na cidade de JUAZEIRINHO - PB, celular 9-93198911.

**Declarou que:**

que na data de 24/09/2016, por volta das 20:00 horas, próximo a Caixa D'água, BR 230, saída de Soledade para Juazeirinho/PB, onde, quando conduzia sua motocicleta HONDA CG 150, TITAN EX, ANO E MODELO 2011, COR PRETA, PLACA OEX 7488 / PB, CHASSI Nº 9C2KC1660BR544114, RENAVAM 0034464280-1, LICENCIADA em nome de JANIÉLSON SOARES ANTONIO, quando um abode atravessou na pista e acabou derrapando e caindo de sua moto, ocasionando um corte na cabeça que culminou em cirurgia e lesões na perna direita, na qual também sofreu intervenção cirúrgica; que foi socorrido por um desconhecido para o Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, onde ficou internado, em razão do que foi registrada a presente ocorrência. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Soledade, Terça-feira, 31 de Janeiro de 2017

*Antonio Filho Cunha da Silva*

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA

Declarante

HELDER L. HENRIQUES - MAT. 133146-9

Escrivão







SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
CAMPINA GRANDE - PARAIBA

PACIENTE:	ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA
DATA DO EXAME:	25/09/2016

#### ULTRASSONOGRAFIA DE ABDOME TOTAL - "FAST"

##### METODOLOGIA:

Exame realizado em modo bidimensional com equipamento dinâmico multifrequencial.

##### ANÁLISE:

Não identificamos sinais de líquido livre intra-abdominal, derrame pleural ou pericárdico no presente estudo.

Ausência de lesões ecográficas relacionadas ao trauma no fígado, baço, rins ou bexiga identificáveis ao método.

Observação: Ressaltamos a baixa sensibilidade da ultrassonografia na detecção de lesões em órgãos sólidos e vísceras ocas.

  
**Dra. Míriam Maria Barbosa Albino**  
Médica Radiologista  
CRM/PB 6435





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## Ficha de Acolhimento

Nome: <u>Antônio Filho Cunha de S. Lira</u>			
End: <u>St Poço da Pedra</u>		Bairro: <u>Juazeirinho</u>	
Data de Nascimento: <u>31.10.1977</u>		Documento de Identificação: _____	
Queixa: <u>Ac. de moto</u>	Data do Atend.: <u>24.09.2016</u>	Hora: <u>23:54</u>	Documento: <u>RG</u>
Acidente de trabalho?	( ) Sim (x) Não		

### Classificação de Risco

**Nível de consciência:** ( ☒ ) Bom ( ☐ ) Regular ( ☐ ) Baixo      **Aspecto:** ( ☐ ) Calmo ( ☐ ) Fáceis de dor ( ☐ ) Gemente

**Frequência respiratória:**      **Frequência cardíaca:**

**Pressão arterial:**      **Temperatura axilar:**

**Dosagem de HGT:**      **Mucosas:** ( ☐ ) Normo corada ( ☐ ) Pálida

**Deambulação:** ( ☐ ) Livre ( ☐ ) Cadeira de rodas ( ☐ ) Maca

## Estratificação

☒ Vermelho - atendimento imediato  
☐ Verde - atendimento até 4 horas

( ) Amarelo - atendimento até 1 hora  
( ) Azul - atendimento ambulatorial

**Assinatura e carimbo do profissional**

MOD. 110



ESTADO DA PARAÍBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

**SECRETARIA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO**

POLICLÍNICA MUNICIPAL DE JUAZEIRINHO

**NOME:**

Enclosed herewith

Anterior t. Lumbos, 36 anos 01/11/80  
 mais de oitenta por cento de alcool  
 unimodais, estova de copos, e  
 zabo. Ao exame: pupilas isocóricas,  
 sobressaltos, lesões em como cabe-  
 ludo e lesões laterais em  
 comente, respando, 0297% AA, FC:  
 diábolo 100, 50 0297% AA, FC:  
 PA = 140 x 100, 50 0297% AA, FC:  
 HD: 36 anos

**DATA:**

ASSINATURA E CARIMBO DO RESPONSÁVEL

Assinatura e Carimbo do Responsável

AV. CARLOS DE CARVALHO, 150 - JARDIM SÃO CARLOS, 05424-000, SÃO CARLOS, SP, BRASIL

ALTO DA BELA VISTA, JUAZEIRINHO, PB.

clinica № 9/64

CRM-PB 9706

2019/10/16





[illegible]



<b>Governo da Paraíba</b> <b>SECRETARIA DE SAÚDE</b> <b>HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ</b> <b>FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL</b>		<b>SECRETARIA DE SAÚDE</b> <b>HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ</b> <b>FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL</b>	
<b>UNIDADE PRESTADORA DO ATENDIMENTO</b> Código da Unidade: 00023671 Nome: HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES Endereço: AV. FLORIANO PEIXOTO, 4700 - MALVINAS Município: CAMPINA GRANDE		CNPJ: 08-778.268/0001-60 UF: 25	
<b>DADOS DO PACIENTE</b> PRONTUÁRIO Nº: 1335472 Nome: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA Profissão: AGRICULTOR-93125722 (T) End.: SITIO POÇO DA PEDRA, JUAZEIRINHO Município: JUAZEIRINHO Data Atendimento: 25 / 09 2016 00:05h Cartão do SUS: DTA, NASCIMENTO: 31/10/1977 QUEIXAS: ACIDENTE DE MOTO		UF: 25 Sexo: MASCULINO Documento: 31101977 Bairro: ZONA RURAL pCEP: 50770 Código do Município: 250770	
<b>MECANISMOS DO TRAUMA</b> LOCAL DA LESÃO (Identifique o local com o número correspondente ao lado)			
1. Abrasão 2. Amputação 3. Avulsão 4. Contusão 5. Crepitação 6. Dor 7. Edema 8. Empalhamento 9. Enfisema subcutâneo 10. Esmagamento 11. Equimose 12. F. Arma branca 13. F. Arma de fogo 14. F. Contuso 15. F. Cortante 16. F. Corto-contuso 17. F. Perfuro-contuso 18. F. Perfuro-cortante		19. Fratura óssea fechada 20. Fratura óssea aberta 21. Hematoma 22. Ingurgitamento venoso 23. Laceração 24. Lesão tendínea 25. Luxação 26. Mordedura 27. Movimento torácico paradoxal 28. Objeto encravado 29. Otorrágia 30. Paralisia 31. Parestesia 32. Parestesia 33. Queimadura 34. Rinorrágia 35. Sinais de isquemia 36.	
OBS:			
QUEIMADURA: Superfície corporal lesada = % Grau: ( ) 1º grau ( ) 2º grau ( ) 3º grau			
DIAGNÓSTICO - CID:			
<b>TOMOGRAFIA REALIZADA EM:</b> 21/09/16			
<b>EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS</b> Foi realizado exame físico e exame de imagem por tomografia computadorizada de abdome e pelvis. Foi observado lesão de nível L5/S1 com fratura de corpo vertebral e deslocamento para frente e para cima. Não há comprometimento da medula e dos nervos raquidianos. Não há lesão de nível L4/L5. Não há lesão de nível L3/L4. Não há lesão de nível L2/L3. Não há lesão de nível L1/L2. Não há lesão de nível L0/L1. Não há lesão de nível L0/L1.			
<b>EXAMES SOLICITADOS:</b> ( ) Laboratoriais ( ) Ultrassonografia: ( ) Gasometria arterial ( ) Radiografias: ( ) Tomografia Computadorizada			
<b>SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:</b> Especialista: ORTOPEDIA, B.M.F. às : hs Dia : / / Especialista: NCR, às : hs Dia : / /			
<b>MÉDICO SOLICITANTE:</b>			
<b>PROCEDIMENTOS REALIZADOS:</b> PRESCRIÇÕES E CONDUZIDAS: 1. S.A.T. 5.000 I (M) 1 A.M.P. 2. Cetametone 100mg + A.D. 3. 4. 5. 6.			
<b>HORÁRIO REALIZADO</b> FAMIA 12:00h			
<b>ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO</b> JOSE BECKENBANER GOUVEIA DA SILVA MÉDICO ORTOPEDIA			

Paciente: Antonio Filho Cunha  
Data do Exame: 25/09/2016  
Exame: Tomografia Computadorizada de Crânio

**Técnica:** Os cdtes tomográficos computadorizados foram obtidos sem a infusão endovenosa de contraste iodado.

**Indicação:**

TCE.

**Análise:**

- Contusões temporais á esquerda, associado a pequeno pneumoencéfalo extra axial adjacente, por provável ruptura de algumas células mastóides.
- Discretos focos hiperdensos na alta convexidade á direita, sugestivos de microfocos hemorrágicos.
- Fratura na parede lateral da órbita e temporal á direita.
- Sistema ventricular com topografia, morfologia e dimensões normais.
- Estruturas da fossa posterior preservadas.
- Aspecto anatómico das cisternas basais.

2ª via  
Ygor Barbosa  
Médico Radiologista  
CRM 7056





Sistema  
Único de  
Saúde

Ministério  
da  
Saúde

## LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

### Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES

3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUÍZ GONZAGA FERNANDES

2 - CNES

2 3 6 2 8 5 6

4 - CNES

2 3 6 2 8 5 6

### Identificação do Paciente

5 - NOME DO PACIENTE

Arturo Filho Lins

7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

1 2 3 4 5 6 7 8 9 0

8 - DATA DE NASCIMENTO

31 / 10 / 1997

6 - Nº DO PRONTUÁRIO

253 379

9 - SEXO

Masc. ☒ 1

Fem. ☐ 3

10 - NOME DA MÃE OU RESPONSÁVEL

Roberta Lima de Silva

12 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)

Sítio Boa Vista do Povo

13 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Tuazurinha

14 - Cód. IBGE MUNICÍPIO

15 - UF

16 - CEP

DDD

8 3

11 - TELEFONE DE CONTATO

Nº DO TELEFONE

9 3 1 1 2 5 7 2 2

### JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

17 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

TCE moderado  
Confusão temporal (E) + paracetamol

18 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Acervo

19 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

TC de Crânio

20 - DIAGNÓSTICO INICIAL

TCE moderado

21 - CID 10 PRINCIPAL

22 - CID 10 SECUNDÁRIO

23 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

### PROCEDIMENTO SOLICITADO

24 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Internação Clínica

25 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

26 - CLÍNICA

NCE

27 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO

Urgente

28 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

29 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE

31 - DATA DA SOLICITAÇÃO

21/09/16

32 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO CONSELHO

Dr. Alfredo Daniel  
Neuro Cirurgia  
CREMEB-24307

### PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

33 - ( ) ACIDENTE DE TRÂNSITO

34 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

35 - ( ) ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

36 - CNPJ DA SEGURADORA

39 - CNPJ EMPRESA

37 - Nº DO BILHETE

38 - SÉRIE

40 - CNAE DA EMPRESA

41 - CBOR

42 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

( ) EMPREGADO

( ) EMPREGADOR

( ) AUTÔNOMO

( ) DESEMPREGADO

( ) APOSENTADO

( ) NÃO SEGURADO

### AUTORIZAÇÃO

43 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

44 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

49 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

45 - DOCUMENTO

( ) CNS ( ) CPF

46 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

48 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

MOD. 009



[illegible]



SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

## Diagnóstico

TCE modelado  
 Cat. size temporal (C) + Pirmencia de  
 13.1.13 linear temporal (C)

## FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	Alojamento	Leito	Convênio
Dr. João Paulo Cunha			
Data	Prescrição Médica	Horário	Evolução Médica
25/09	① biets zero, digoxina 1mg via oral ② SF 0.9% 50ml + Glucoz 30g IV 8h ③ heparina (50mg/ml): 2ml + NS 8ml IV 8h e fôlego a dor ④ Narcedon (4mg/ml): 2ml + NS 8ml IV 8h se náuseas e vômitos ⑤ Hidrota (50mg/ml): 3 amp + SF 0.9% 250ml IV ACORR ⑥ Hidrota (50mg/ml): 2ml + NS IV 8h ⑦ Tilatil (20mg): 1FA IV 12h ⑧ Cab 30 ⑨ SNUV + CCG <i>Cefepime 61 giv btl</i>		• Evolução Médica  Pte vítima do acidente após liberação alveolar e, Ao exame: ECG IS, pupila ISO e reativa, e déficit TCC: Fratura Temporal linear ③ + latissmo • Temporal ③ + Pneuencefalo  cl: Internação Clínica  <i>monitorear em 2300h excluir TTK Gto PK como evidência de lesão plagiada analisar a todos</i>

MOD 035





GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIS GONZAGA FERNANDES DE CAMPINA GRANDE  
Av. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas Campina Grande-PB

CNPJ: 08.778.268/0001-60

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

ANTONIO FILHO		3	
DATA	PRESCRIÇÃO	• HORÁRIOS	OBSERVAÇÃO
26/09/2016	DIETA GERAL		
	SG5% 1000ML + NACL 20% 40ML + KCL 19,1% 10ML IV	10	
	OMEPRAZOL 20MG VO 1XD EM JEIUM PELAMANHA		
	NAUSEDRON 4MG IV 8/8H SE NAUSEA OU VOMITOS	08	
	DIPIRONA 40 GTS VO 6/6H	24	
	TRAMADOL 100MG + SF 0,9% 100ML IV 8/8H SE DOR FORTE	24	
	CABECEIRA ELEVADA 30 GRAUS		
	CAPTOPRIL 25MG SNE SE PA > 180X110 MMHG		
	G50% 40 ML IV SE DEXTRO < 70		
	INSULINA REGULAR CONFORME DEXTRO (SUBCUTANEO)	AL	
	180-200: 2U / 201-250: 4U / 251-300: 6U / 301-350: 8U / >		
	SSVV + DEXTRO		
	FENOBARBITAL 100MG VO 1XD À NOITE		

Obs: Retendo fita de HOT na unidade

Dr. Thiago Martins  
Médico  
CRM - PB 7624





**SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE**  
**Hospital de Emergência e Trauma Do**

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernal

OK

[illegible]

de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

### ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR.(A): Antonio Filho

Carvalho do Filho

PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. \_\_\_\_\_

SÉRIE \_\_\_\_\_ ESTEVE **INTERNADO(A)** NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A

TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº. 506 NO CID. DURANTE

O PERÍODO DE 25 / 09 / 16 À 27 / 09 / 16 NECESSITANDO DE

30

DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

Campina Grande, 27 / 09 / 16

Ass. do Médico - Nº. do CRM \_\_\_\_\_

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o

Dr., \_\_\_\_\_ a registrar o diagnóstico

codificado CID ou por extenso neste atestado médico

Ass. do Paciente ou Responsável \_\_\_\_\_







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

CNPJ: 08.778.268/0001-60 | AV. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas - CEP 58432-809 / Campina Grande - PB

## RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

### IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo: \_\_\_\_\_

CRM: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

1ª VIA - Retenção da Farmácia ou Drograria

2ª VIA - Orientação ao Paciente

Dr. Valber Thadeu do Vale Vitorino  
NEUROCIRURGIÃO  
CRM-PB 0653

Dr. Valber Thadeu do Vale Vitorino  
NEUROCIRURGIÃO  
CRM-PB 0653

Assinatura e Carimbo do Médico

Paciente: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Prescrição: \_\_\_\_\_

1) Fomebital 100mg 30 comp  
2) Atorvast 20 comp 100mg 30 comp  
Tenor Depo 100mg 100mg 30 comp 100mg 30 comp

Data: 27 / 09 / 2016

Dr. Valber Thadeu do Vale Vitorino  
NEUROCIRURGIÃO  
Assinatura do Médico

### IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: \_\_\_\_\_

Ident: \_\_\_\_\_

Org. Emissor: \_\_\_\_\_

End.: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_

UF: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

### IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

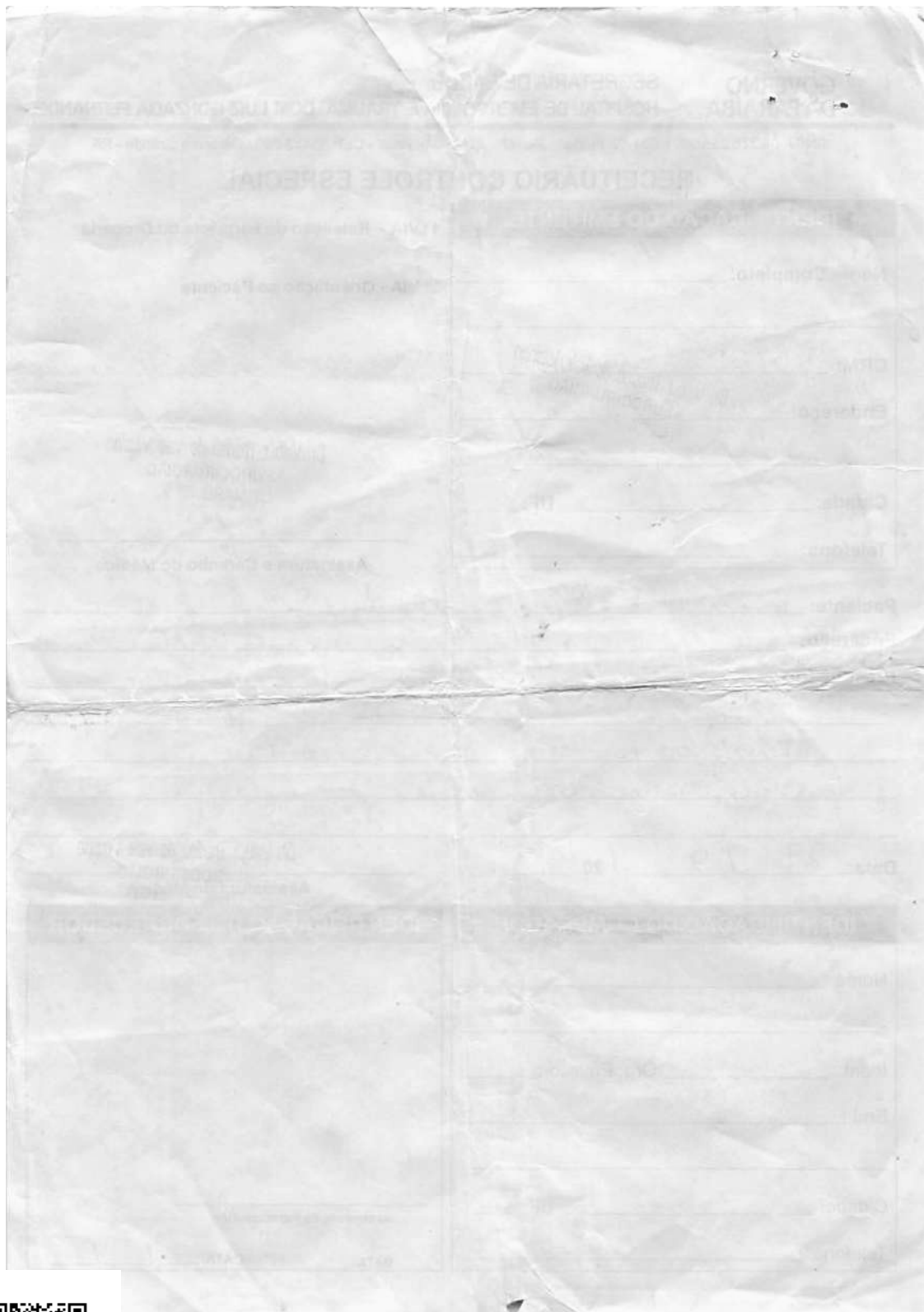
Assinatura do Farmacêutico

DATA: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

MOD 083







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

CNPJ: 08.778.268/0001-60 | AV. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas - CEP 58432-809 / Campina Grande - PB

## RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL

### IDENTIFICAÇÃO DO EMITENTE

Nome Completo: Wagner Faleão  
CRM: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Cidade: C. Grande UF: PB  
Telefone: \_\_\_\_\_

1ª VIA - Retenção da Farmácia ou Drogaria

2ª VIA - Orientação ao Paciente

Paciente: Antonio Filho  
Endereço: Projeto 61N  
Prescrição: Ceftriaxona 500mg 19cp  
Toma 1cp de 12h  
Paracetamol 500mg  
Toma 1cp de 6h  
Data: 25/09/2016

Assinatura e Carimbo do Médico

Dr. Wagner Faleão  
HISTÓRIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM - PB 8843

Assinatura do Médico

### IDENTIFICAÇÃO DO COMPRADOR

Nome: \_\_\_\_\_  
Ident: \_\_\_\_\_ Órg. Emissor: \_\_\_\_\_  
End.: \_\_\_\_\_  
Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
Telefone: \_\_\_\_\_

### IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

Assinatura do Farmacêutico

DATA: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

MOD 083



GOVERNO DA PARAIBA  
SECRETARIA DE SAÚDE  
HOSPITAL DE ESPECIALIDADES E TRAUMA, COM LUIZ GONZAGA FERNANDES  
CNPJ 08.778.000/0001-90 - RUA BERNARDO DE VASCONCELOS, 100 - FLORES - CEP 58225-001 - Campina Grande - PB

**RECEITUÁRIO DE CONTROLE ESPECIAL**

1ª VIA - Retenção da Farmácia ou Dispensário

2ª VIA - Orientação ao Paciente

**IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE**

Nome Completo: \_\_\_\_\_  
 CRM: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_

**IDENTIFICAÇÃO DO FARMACÊUTICO**

Nome: \_\_\_\_\_  
 Ident: \_\_\_\_\_ Org. Emissor: \_\_\_\_\_  
 End: \_\_\_\_\_  
 Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_  
 Telefone: \_\_\_\_\_

**Assinatura do Médico**

Assinatura do Médico: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_\_

**Assinatura do Farmacêutico**

Assinatura do Farmacêutico: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_\_

**Assinatura do Médico**

Assinatura do Médico: \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_\_





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 17 de Fevereiro de 2017

Carta nº: 10532605

A/C: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170100210 ASL-0065986/17  
Vitima: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA  
Data Acidente: 24/09/2016  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL

Prezado(a) Senhor(a),

Recebemos em 07/02/2017 a documentação relativa ao acidente ocorrido em 24/09/2016. Realizada a análise preliminar, constatamos a necessidade de regularização ou complementação da documentação e/ou informações, conforme descrevemos a seguir:

- ✎ - Autorização de pagamento faltando página
- ✎ - Comprovante de residência faltando página
- ✎ - DUT faltando página

Esclarecemos que o prazo de regulação do processo aberto encontra-se interrompido e se reiniciará a partir do recebimento da documentação acima indicada, juntamente com cópia da presente correspondência, na **SEGURADORA LIDER DPVAT - REGULAÇÃO** onde o aviso de sinistro foi registrado.

Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito, o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental.

**NÃO PERCA TEMPO!**

**PROVIDENCIE A DOCUMENTAÇÃO PARA COMPROVAR SEU DIREITO À INDENIZAÇÃO DPVAT;**

Em caso de dúvida, entre em contato conosco pelo SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou atra







Seguradora Líder - DPVAT

## DPVAT- Como Requerer

Solicitar a indenização do Seguro DPVAT é simples: basta juntar os documentos necessários e entregá-los em uma seguradora consorciada, que, após constatar a sua regularidade, os encaminhará à Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Antes de tudo, lembre-se: para dar entrada no pedido de indenização ou acompanhar o andamento do processo, não é preciso envolver intermediários. Se você é o principal interessado na indenização, cuide dela você mesmo.

Saiba + [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br)



JSS556365907BR

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA  
SITIO POÇO DA PEDRA, SN  
RURAL  
CEP 58660-000 - JUAZEIRINHO - PB

Seguradora Líder - DPVAT







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Juazeirinho**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800213-36.2017.8.15.0631

**DESPACHO**

**Vistos etc..**

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, nos termos constantes da peça preambular.

A parte autora narra na inicial que requereu administrativamente, mas não colacionou nos autos a comprovação da negativa do referido pedido.

A parte autora aduz na inicial que intentou com o pedido administrativo e que, até o presente este não havia sido apreciado. Porém, do extrato colacionado aos autos, extrai-se a informação no sentido de que a parte requerente não apresentou toda a documentação necessária para apreciação do pedido, não havendo, portanto, sido comprovada a negativa do pedido, tampouco a demora injustificada na apreciação e/ou pagamento, já que a apreciação do requerimento encontra-se na pendência de providência a cargo da parte autora.

Ademais, como se sabe, consoante firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a negativa ou a demora injustificada na apreciação do requerimento administrativo é requisito necessário para configuração do interesse de agir nas demandas que visam indenização por danos decorrentes de acidente automobilístico (DPVAT). Vejamos:



**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO.” (STF - RECURSO EXTRAORDINÁRIO 839.353) (grifo nosso).**

Desta feita, intime-se a parte autora, através do advogado constituído, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial trazendo aos autos comprovante da negativa (ou da demora injustificada na apreciação por mais de 90 dias) do pedido administrativo, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do artigo 321 do CPC/2015

A presente decisão pode ser utilizada como carta de citação/notificação/intimação/precatória/ofício, nos termos do art. 108 do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral da Justiça – TJPB.

**Intimações necessárias. Cumpra-se.**

Juazeirinho – PB, 28 de setembro de 2017.

**Nilson Dias de Assis Neto**

Juiz de Direito Substituto



SEGUEM:

1- PETIÇÃO DE RECONSIDERAÇÃO

2- PRINT DA PÁGINA ELETRÔNICA DA SEGURADORA LÍDER



EXM.º SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO ESTADO DA PARAÍBA

PROCESSO n.º 0800213-36.2017.8.15.0631  
PROMOVENTE: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA

M.M. Juiz,

Conforme despacho (ID n.º 8844705) V. Ex.ª determinou à promovente que confirme a negativa por parte do promovido, sob pena de reconhecer a falta do interesse processual, fazendo constar no corpo do despacho julgados do STF, que em novo entendimento jurisprudencial exige que deva haver prévio requerimento administrativo para haver interesse processual na propositura da ação de cobrança de DPVT.

Os argumentos que embasaram o respeitável despacho, emerge da necessidade de prévio requerimento administrativo, porém Ex.ª, *permissa vênia*, necessário se fazer a diferenciação do requerimento prévio e dos esgotamentos das instâncias administrativas.

Na análise da norma que rege o seguro DPVT, a lei n.º 6.194/74, exigem-se a simples prova do acidente mediante o protocolo dos documentos, cujo rol encontra-se na letra *b*), do § 1.º do art. 5.º da respectiva lei, senão vejamos,

*Art. 5.º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

*§ 1.º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)*

*a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)*



**b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.** Grifo nosso

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

Que a promovente **efetivou** o Requerimento Administrativo, fazendo juntar ao processo administrativo, os documentos solicitados na alínea b) do § 1.º do art. 5.º da lei 6.194/74, os quais são necessários para o pagamento do prêmio do seguro, logo, houve o requerimento administrativo prévio, emergindo assim o interesse processual.

Ressalta-se que os documentos juntados junto ao Requerimento Administrativo, os mesmos anexos aos autos.

Que o fato do promovido, após receber a documentação anexa ao Requerimento Administrativo Prévio, exigir mais documentos, dos quais, o requerente não possui condições de juntar, seja por qualquer motivo for, torna impossível, na seara administrativa, reconhecer o seu direito, emergindo uma negativa tácita, e portanto, uma resistência e uma ameaça ao direito do promovente, o que ocasionou a propositura da presente demanda.

Vejamos o julgado na APL 0010339-16.2015.815.2001, do TJPB, fundamentado no RE 839.353 MA do STF:

*APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. “Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.” (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento:*



04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8).

Conforme entendimento jurisprudencial colecionado no referido despacho, é reconhecido que o interesse processual existe quando efetivado o requerimento Administrativo, sem a necessidade de esgotar todas as instâncias administrativas, o que se demonstra no caso em tela, pois que, a exigência de documentos, os quais o promovente não possui ou não está em condições de produzir, induz a uma resistência da promovida em garantir um direito, e que entendendo ser necessário outro meio de prova, cabe ao judiciário dirimir o conflito.

Cediço esclarecer que a promovida CANCELOU o requerimento do promovente, conforme "print" da página eletrônica da promovida: (doc. em anexo).

**SINISTRO 3170100210 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA  
COBERTURA Invalidez  
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE  
INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS  
BENEFICIÁRIO ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA  
CPF/CNPJ: 02456932463

Posição em 29-09-2017 16:12:35  
Pedido de indenização cancelado.

Sob este prisma Ex.<sup>a</sup> pugna pela reconsideração do referido despacho, face ter havido prévio requerimento administrativo e a tácita negativa da promovida, ao exigir documentação já enviada pelo requerente, determinando o prosseguimento do feito com a efetiva citação da promovida, para contestar a presente demanda, nos termos constante da inicial, por ser da mais inteira e salutar justiça.

Pede Deferimento.

Juazeirinho/PB, 29 de Setembro de 2017

*José Beckenbaner Gouveia da Silva*  
OAB/PB n.º 12260



Seguradora Líder-DPVAT At: X

https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultar= 100% Pesquisar

Creta DPVAT Dividir PDF Ferramentas PDF Advise Jusbrasil Situação do Benefício Agendamento Extrato de Pagamentos Dizer o Direito Migalhas

### COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

- Documentos Despesas Médicas
- Documentos Invalidez Permanente
- Documento Morte
- Dicas Indispensáveis

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

### PAGUE SEGURO

- Como Pagar
- Consulta a Pagamentos Efetuados
- Informações Gerais

### ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

### SINISTRO 3170100210 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA  
**COBERTURA** Invalidez  
**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS  
**BENEFICIÁRIO** ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA  
**CPF/CNPJ:** 02456932463

**Posição em 29-09-2017 16:12:35**  
Pedido de indenização cancelado.

16:14 29/09/2017





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**Vara Única de Juazeirinho**

PROCEDIMENTO COMUM (7) 0800213-36.2017.8.15.0631

[INADIMPLEMENTO]

AUTOR: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

**SENTENÇA**

**I – RELATÓRIO**

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT proposta por #{processoTrfHome.processoPartePoloAtivoSemAdvogadoStr}, qualificado(a) nos autos, em face da #{processoTrfHome.processoPartePoloPassivoSemAdvogadoStr}, visando obter o pagamento de indenização securitária em razão dos danos físicos decorrentes de acidente de trânsito.

Determinada a intimação da parte autora para emendar a inicial, comprovando a negativa prévio requerimento administrativo, documento indispensável à propositura da ação, a parte deixou decorrer o prazo sem atender à determinação, fazendo pedido de reconsideração.

Os autos vieram conclusos.

Eis, em suma, o relatório. DECIDO.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**





Inicialmente, cumpre registrar que, segundo o atual entendimento do excelso Supremo Tribunal Federal, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, essa consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. No mesmo sentido é a jurisprudência predominante neste egrégio TJPB.

Nessa toada, ressalto que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento dos Recursos 839.314 e 824.704, passou a entender que em ações desta natureza, deve a parte autora justificar a provocação demonstrando a pretensão resistida.

Tal como relatado, a parte autora, apesar da oportunidade ofertada para promover a diligência indicada no pronunciamento judicial acima referido, escolheu o caminho do não atendimento. No caso concreto, a parte autora apresentou requerimento administrativo com documentos incompletos (ID 7351344), o que inviabilizou o conhecimento do mérito do procedimento administrativo por parte da ré.

O requerimento administrativo consistente e coerente é providência que é atribuição da parte, de sorte que entendo por não configurada a pretensão resistida, quando a parte deixa de instruir o requerimento administrativo completo de forma que possibilite à parte ré conhecer de seu mérito.

Entender de forma contrária vai de encontro à *ratio decidendi* da jurisprudência do excelso STF. De fato, em verdade, a mera negativa formal, por apresentação de documentação com paginação incompleta e/ou ilegível não confere negativa nem ausência de resposta, devendo a parte requerente corrigir a incompletude do requerimento apresentado e não optar diretamente pela via judicial.

No caso em apreço, a parte autora não atendeu à citada determinação, circunstância que impõe a aplicação do parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, a saber, o indeferimento da petição inicial, em respeito à *ratio decidendi* dos precedentes do pretório excelso que devem ser respeitados.

### **III – DISPOSITIVO**

Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, o que faço com arrimo no parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, por consequência, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, I, do CPC/2015, indeferindo o nobre pedido de reconsideração por não se tratar de necessidade de esgotamento do processo administrativo, mas sim da possibilidade do conhecimento de seu mérito extrajudicialmente.

Sem custas.

Certificado o trânsito em julgado, e arquivem-se os autos, mediante baixa na distribuição e com as cautelas de praxe, **independentemente de nova conclusão a este Juízo.**

**Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.**



Juazeirinho – PB, 23 de abril de 2018.

**Nilson Dias de Assis Neto**

Juiz de Direito



Intime-se da sentença:

### III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, o que faço com arrimo no parágrafo único do art. 321 do CPC/2015, por consequência, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, I, do CPC/2015, indeferindo o nobre pedido de reconsideração por não se tratar de necessidade de esgotamento do processo administrativo, mas sim da possibilidade do conhecimento de seu mérito extrajudicialmente.



SEGUE A APELAÇÃO E AS RAZÕES ANEXAS EM PDF



EXM.º SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE JUAZEIRINHO ESTADO DA PARAÍBA.

Processo n.º 0800213-36.2017.8.15.0631

ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos supra, não se conformando com a respeitável sentença proferida nos autos (Evento n.º 9634522), que julgou extinto, sem resolução de mérito, o pleito do recorrente, o qual consubstancia-se no pedido de pagamento de indenização de Seguro Obrigatório DPVAT, vem à presença de V. Ex.ª por seu advogado infra-assinado, tempestivamente, interpor o presente Recurso de APELAÇÃO nos termos do art. 331 c/c art. 1009 e ss. do CPC.

Requer, ainda, o apelante, seja ordenada a remessa do presente recurso ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, a fim de que a súplica do apelante seja conhecida e inteiramente provida.

Deixa de juntar preparo, face, a concessão da gratuidade judicial presentes nos autos nos termos da lei n.º 1.060/50.

Segue em anexo as razões do recurso.

Nestes termos

Pede deferimento.

Juazeirinho/PB, 27 de abril de 2018

*Jose Beckenbaner Gouveia da Silva*  
OAB/PB 12260



**COLEDA \_\_\_\_\_ CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA  
PARAÍBA.**

**RAZÕES DA APELAÇÃO CÍVEL**

Apelante: ANTONIO FILHO CUNHA DA SILVA  
Autos n.º 0800213-36.2017.8.15.0631

Doutos Desembargadores,

O Apelante propôs Ação Ordinária de Cobrança, perante o respeitável Juízo da Comarca de Juazeirinho/PB, objetivando obter do recorrido o pagamento indenizatório do prêmio DPVAT, em face do direito líquido e certo, emergido pela debilidade proveniente de acidente automobilístico.

A respeitável decisão, no feito proferida, extinguindo o processo sem resolução de mérito, afronta flagrantemente princípios constitucionais e a dominante jurisprudência pátria.

Doutos julgadores deste egrégio Pretório, em que pese à reconhecida cultura jurídica e a notória prudência com que o ínclito magistrado sempre demonstra em seus decisórios, o fato é que, no caso em tela houve entendimento manifestadamente contrário ao princípio constitucional do pleno acesso ao judiciário, conforme expresso no art. 5.º inciso XXXV da CF/88, onde resta garantido o direito de ação ao cidadão que tenha sofrido ameaça ou lesão ao seu direito.

Que, na respeitável sentença, o douto magistrado desconsidera



um princípio basilar em nosso ordenamento jurídico corporificado na garantia de acesso ao judiciário.

Inicialmente é cediço esclarecer que o apelante, por seu advogado, nos eventos de n.ºs 9977842 e 9977854 dos autos (PJe) juntou espelho de acompanhamento de processo administrativo pelo sitio da Seguradora Líder, ora apelada, o qual constava o cancelamento do requerimento, sem qualquer motivo plausível.

Na sentença, o douto magistrado, entende que ao apelante falta o interesse processual, sob o argumento de que não houve resistência expressa por parte do promovido, fazendo constar no corpo da decisão julgados do STF e desta Egrégia Corte, que em novo entendimento jurisprudencial exige que deva haver **PREVIO REQUERIMENTO ADMINSTRATIVO** para haver interesse processual na propositura da ação de cobrança de DPVT.

No fundamento da sentença, emerge a necessidade de prévio requerimento administrativo, inclusive faz diferenciação do requerimento prévio e dos esgotamentos das instancias administrativas.

Na análise da norma que rege o seguro DPVT, a lei n.º 6.194/74, exigem-se a simples prova do acidente mediante o protocolo dos documentos, cujo rol encontra-se na letra b), do § 1.º do art. 5.º da respectiva lei, senão vejamos,

*Art. 5.º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.*

*§ 1.º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)*

*a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)*

*b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.*

*§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade*



Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

Nos termos da lei o apelante **efetivou** o requerimento administrativo juntando aos autos os documentos que dispunha, os quais, nos termos da lei são necessários para o pagamento do prêmio do seguro, logo, o requerimento administrativo prévio, emergindo assim o interesse processual.

Que o fato do promovido, após receber a documentação anexa ao Requerimento Administrativo Prévio, exigir mais documentos, dos quais, o requerente não possui condições de juntar, seja por qualquer motivo for, torna impossível, na seara administrativa, reconhecer o direito do apelante, emergindo uma negativa tácita, e, portanto, uma resistência e uma ameaça ao direito.

Vejamos precedentes do STF e do TJPB acerca do tema:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. AÇÃO AJUIZADA DEPOIS DO JULGAMENTO DO ARESTO PARADIGMA. INAPLICABILIDADE DA REGRA DE TRANSIÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. “Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, **o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.**” (STF RE 839.353 MA, Relator: Min. Luiz Fux, data de julgamento: 04/02/2015, data de publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (TJPB, APL 0010339-16.2015.815.2001, Primeira Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Leandro dos Santos, DJPB 03/04/2017, p. 8). GN

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE. PRECEDENTE DO STF. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA APTA A JUSTIFICAR A PROPOSITURA DA AÇÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. “Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, **o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão**





geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso" (STF. RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/ 2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015) (TJPB, APL 0040819-50.2010.815.2001, Quarta Câmara Especializada Cível, Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira, DJPB 24/03/2017, p. 16). GN

Conforme entendimento jurisprudencial colecionado na decisão, ora combatida, é reconhecido que o interesse processual existe quando efetivado o requerimento Administrativo, sem a necessidade de esgotar todas as instâncias administrativas, o que se demonstra no caso em tela, pois que, a exigência de documentos, os quais o apelante não possui ou não está em condições de produzir, induz a uma resistência da promovida em garantir um direito, e que entendendo ser necessário outro meio de prova, cabe ao judiciário dirimir o conflito.

Sob este prisma Ex.<sup>a</sup> a referida sentença deve ser anulada, afastando-se o dispositivo que reconheceu a falta de interesse processual, face ter havido prévio requerimento administrativo e a tácita negativa do promovido, ao exigir documentação que a lei despreza.

Assim exposto, requer o apelante se digne este egrégio Tribunal a anular a indigitada decisão de primeiro grau, retornando o referido processo para o juízo *a quo*, com fito de se produzir a prova pericial necessária, prosseguindo o processo seu rito normal nos termos do art. 1011 e ss do CPC e provindo à apelação, por ser da mais inteira e salutar justiça.

Pede Deferimento.

Soledade/PB, 27 de Abril de 2018

*José Beckenbaner Gouveia da Silva*  
OAB/PB n.º 12260





**ESTADO DA PARAIBA  
PODER JUDICIÁRIO**

**VARA ÚNICA DA COMARCA DE JUAZEIRINHO**

**CERTIDÃO**

Em conformidade com a **Portaria nº 004/2013**, que disciplina a delegação de atos ordinatórios e de mero expediente nesta Comarca de Juazeirinho/PB, bem como na forma do **Provimento CGJ nº 04/2014**, que disciplina a delegação de atos ordinatórios nos Cartórios Judiciais do estado da Paraíba, ***faço pública a sentença de ID nº 13868921.*** O referido é verdade e dou fé.

Juazeirinho/PB, 03/10/2018.

**André Leal Fernandes**  
Técnico Judiciário

